

Pedreira, Jorge e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Santos, Eugénio dos, *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Lousada, Maria Alexandre e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Mónica, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Fernandes, Paulo Jorge e Luís Espinha da Silveira, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Ramos, Rui, *D. Carlos I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Proença, Maria Cândida, *Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores

JOSÉ MIGUEL SARDICA

p. 270-283

<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2098>

Bibliographical reference

Pedreira, Jorge e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

Santos, Eugénio dos, *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

Lousada, Maria Alexandre e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005

Mónica, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005

Fernandes, Paulo Jorge e Luís Espinha da Silveira, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

Ramos, Rui, *D. Carlos I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

Proença, Maria Cândida, *Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores

Full text

«At its best, I think, biography can indeed now call itself a true art of writing, and also a humanist discipline. It is the proper study of mankind»
Richard Holmes (1945)

1. No panorama historiográfico português dos últimos anos, a biografia tem vindo a afirmar-se como um género de eleição e de excelência universitária, em primeiro lugar porque, nos actuais tempos pós-marxistas, ela permite humanizar uma época, partindo do enfoque num sujeito particular para se assumir como uma janela aberta para um determinado trecho do passado, e fazendo do biografado um mediador e uma lupa para alcançar os domínios colectivos político, social, económico, cultural ou mental, e em segundo lugar por se tratar do género onde a narrativa melhor revela as suas potencialidades descritivas e explicativas e onde o historiador melhor pode exercitar o talento literário que transforma o seu ofício em arte¹. Não a arte ficcional, que está no campo do romance e não no campo da biografia histórica, mas a arte de combinar *scholarship* e *storytelling*², ou seja, evidência documental sólida e judicioso apuramento dos factos, por um lado, com imaginação interpretativa e redacção literária, por outro. Só assim se constrói um conjunto que, entre a substância empírica dos factos e os dispositivos literários da narrativa, fornece ao leitor aquilo a que os ingleses resumem como *lifelikeness*³ – algo afinal tão simples e atraente quanto complexo e desafiante.

2. Pelas virtualidades contidas no género biográfico e pelo potencial de aprendizagem histórica que nele se encerra, o projecto editorial da colecção de biografias dos Reis de Portugal, publicado pelo Círculo de Leitores e coordenado pelo Centro de Estudos

históricas de grandes personagens. «Os reis não eram reis das nove às cinco», lembra Rui Ramos a propósito de D. Carlos⁴, querendo assim significar o quanto a vida de cada um deles se confunde com a história do respectivo reinado. Esta circunstância tem vantagens mas também armadilhas. A vantagem é que historiar um monarca através da análise feita às suas acções e decisões e, quando possível, às suas motivações e valores, implica recontar paralelamente o efeito delas e, portanto, fazer a história da sociedade, da política, da cultura ou da economia da sua época. As armadilhas ou desvantagens são o reverso desta moeda: é fácil, por um lado, confundir o rei com o reino e diluir a vida singular do monarca, perdendo as nuances da relação entre o biografado e o contexto; e é difícil por outro lado, mesmo para os reis mais recentes, isolar o homem do monarca, descobrindo-lhe a privacidade dos hábitos, dos valores e dos estados de consciência ou de alma. Como confessa Maria Filomena Mónica acerca de D. Pedro V, este equilíbrio entre o «espaço dedicado à psicologia do rei e aquele em que se descreva as peripécias do seu reinado» é tanto mais desafiante para qualquer biógrafo régio quanto larguíssimas fatias políticas, sociais, culturais ou económicas com as quais cada monarca interagiu estão à partida mal estudadas – mesmo na época contemporânea⁵.

3 Através das vidas, das formas de ser e de agir e das contingências do acaso, da tragédia ou da sorte, de D. João VI, D. Pedro IV, D. Miguel, D. Maria II, D. Pedro V, D. Luís, D. Carlos e D. Manuel II, o leitor destas biografias ganha a possibilidade de descortinar uma nova história, mais humanizada, de um ciclo a que se poderia chamar o longo século XIX português (iniciado com a derrocada do velho mundo de D. João VI e com o advento da modernidade liberal e terminado com a deposição institucional dessa mesma modernidade às mãos dos republicanos de 1910), cujo fio condutor, o desafio civilizacional global que uniu a vida e a obra destes oito reis, foi a história de uma outra «vida» – a da ascensão, apogeu e queda da cultura política da Monarquia Constitucional. Para além disto, o estudo dos monarcas portugueses oitocentistas é ainda útil, nos dias de hoje, por outras razões – o que constitui mais um mérito do projecto editorial que aqui se comenta. Após a extinção da Monarquia Constitucional, em 1910, todo o século XIX passou a ser severamente julgado por quase toda a gente: quer a esquerda republicana, para a qual ele fora demasiado conservador, quer a direita integralista ou salazarista, para a qual ele fora demasiado liberal, olharam-no, retrospectivamente, como um mundo de fraude e de corrupção, de materialismo estéril e de estrangeirismo ideológico. Por isso se chegou à democracia pós-1974 sem qualquer memória do que foi o longo período do liberalismo monárquico. Acresce que depois de a I República o ter denegrido e de o Estado Novo o ter silenciado, o actual regime democrático ficou-lhe geralmente insensível, deixando-o continuar perdido em manuais escolares amnésicos. Condenado por sucessivos preconceitos, porque era monárquico, liberal ou *événementielle*, o mundo cultural e institucional do liberalismo monárquico foi remetido ao silêncio durante décadas, apesar de nos ser paradoxalmente próximo e de ter porventura mais a ensinar à actual democracia do que os regimes que lhe sucederam. As biografias dos oito reis acima referidos são um importantíssimo contributo para nos lembrar isto, cada uma delas evocando uma fatia temporal da construção da cultura política liberal oitocentista – mesmo no caso de D. João VI, que a ela só se rendeu forçado pelas conveniências da conjuntura, ou no caso de D. Miguel, cujo anti-liberalismo afinal serviu para unir a causa dos liberais «pedristas».

4 Reevocando a ascensão e queda do paradigma liberal monárquico, o conjunto destas obras tem assim o mérito de o reabilitar, não no sentido de qualquer militância política actual, mas no sentido de desmistificar a lenda negra que se construiu em torno da monarquia oitocentista, desde a crítica a ela feita pela Geração de 70, particularmente por Oliveira Martins, até aos libelos acusatórios dos «Vencidos da Vida» de fim de século e dos propagandistas republicanos mais inflamados. Foi em todos eles que começou a maré de crítica, repúdio e demolição da monarquia constitucional da Carta; e na medida em que muito do que até hoje se lê e diz sobre o século XIX foi e é moldado pela força argumentativa e satírica dos intelectuais da Geração de 70, do «vencidismo» e do republicanismo, não espanta que muito do trabalho contido nestes oito volumes tenha sido o de rever lugares-comuns, matizar juízos apressados, desmistificar imagens enraizadas e reabilitar, quando necessário, figuras denegridas, devolvendo-as e situando-as no mundo material e mental que era o seu⁶.

5 2. Os escritos de Oliveira Martins (principalmente o *Portugal Contemporâneo*, datado de 1881), são ainda hoje o mais completo «processo histórico do liberalismo português» e os maiores fornecedores de juízos críticos sobre o modelo político-cultural que deu vida aos monarcas oitocentistas⁷. Foi Oliveira Martins o primeiro a (des)tratar o constitucionalismo da Carta que triunfou em 1834 como um produto ideológico exótico e estrangeirado, que pretendia constituir-se como um «meio-termo» entre o «patriotismo histórico», ou seja, o Portugal velho, católico e absolutista, mas genuinamente português e simpático à plebe, e a «democracia jacobina», ou seja, a futura democracia das massas⁸. A meio caminho, durante décadas, escorando periclitantemente o trono dos Braganças liberais, estava uma «influência deprimente e desorganizadora», uma «tirania de fórmulas abstractas» que não se coadunava com o viver profundo da nação portuguesa⁹. Segundo Martins, a contra-revolução absolutista e miguelista podia (já) não ter ideias, mas tinha o país; a futura revolução da democracia e da República, podia (ainda) não ter o país, mas tinha as ideias¹⁰. Fora por isso que a Carta, o trono liberal, as eleições, o parlamento, a representação ou a divisão de poderes não tinham nunca produzido cidadania ilustrada ou progresso para todos, mas apenas, e ao contrário, «a ruína financeira do país» e «a ruína moral da sociedade», mergulhando Portugal num «aborrecimento universal» em que todos «admitiam tudo» e em que, por isso mesmo, «a separação do povo e do governo» crescera «com o descrédito do primeiro e com a miséria do segundo»¹¹. Esta leitura do ciclo constitucional monárquico tornar-se-ia ortodoxia na intelectualidade do fim do século XIX, desde as análises mais cordatas de Augusto Fuschini ou Trindade Coelho, às mais insultuosas, como a de José de Arriaga¹². Ao cabo de cem anos de iconoclastia martiniana, insulto republicano, repúdio salazarista e silenciamento democrático, não espanta assim que os Braganças oitocentistas e a sua cultura política tenham chegado até nós envoltos numa persistente imagem negativa.

6 E se o sistema era mau, as cabeças coroadas que o lideraram e inspiraram só poderiam ser também, como o foram por norma até agora, muito severamente acusadas. É difícil não ficar chocado com a abundância da adjectivação pejorativa utilizada por Oliveira Martins ou José de Arriaga¹³. Seguindo a ordem cronológica dos reis, D. João VI era «indeciso», «velhaco», «avarento», «grotesco» e «imbecil». D. Pedro IV, apesar de «bom rapaz» e «sedutor de mulheres» era politicamente «aventureiro», «vaidoso», «Quixote», «pícaro», «irrequieto» e «brasileiro». D. Miguel, conquanto muito «nosso», por ter encarnado a «última» soberania «genuinamente histórica» de Portugal, e «honrado e estóico» no exílio, comportara-se, como rei, como um «alucinado», «fanático», «bronco», «violento», «brutal» e «plebeu». D. Maria II suscitava a simpatia de ter sido rainha «mulher e quase criança» – mas cedo revelara ser «déspota», «pérfida», «víbora», «vampira», «altiva», vivendo secundada por um «*jouisseur*» e «poltrão» (D. Fernando) e sempre apoiada (para lá do que a moral matrimonial autorizaria) no «novo Conde Andeiro» (Costa Cabral). D. Pedro V era um «D. Sebastião anacrónico», «excêntrico», «misantropo», «ingénuo», «romântico» e «infeliz», querendo ser «o Augusto, o *Pater Patriae* [...] um outro Marco Aurélio, um Frederico da Prússia, um amigo-do-povo, sem deixar ao mesmo tempo de ser o seu senhor». De D. Luís, de quem se dizia ter entregue «o trono nos braços da Regeneração» (i.e. desaparecendo atrás do oportunismo corruptor de Fontes Pereira de Melo), os críticos escreviam ser «moço, estroina, que não tem da vida outra compreensão que não seja a do gozo fácil, positivo, material». Já D. Carlos era «arreatado e feroso, herdeiro irresponsável e inconsciente», antes de se tornar o déspota liberticida, burguês devasso e caçador obeso da propaganda republicana. De D. Manuel II, o último monarca português, os republicanos deixaram a imagem de «um fraco, mal preparado, beato e dominado pela mãe»¹⁴.

7 Durante décadas, foi isto que se soube, e se quis que se soubesse, sobre os últimos reis de Portugal. E foi toda esta adjectivação e toda a crítica à cultura monárquica constitucional que lhes balizou a vida que teve de ser desmontada, explicada

existência de uma muito enraizada «posição crítica relativamente à dinastia de Bragança, quando não à própria monarquia», postura de onde decorreu ter sido aquela geralmente descartada como nada mais do que «uma série de reis doidos ou ineptamente maus»¹⁶. No fundo, o que os onze autores das oito biografias aqui consideradas fizeram, uns de forma mais inconsciente outros de forma explícita, foi demonstrarem fidelidade à *démarche* epistemológica que deve servir de base a toda a boa biografia: devolver o indivíduo ao seu tempo e tentar compreendê-lo à luz do que eram os horizontes, as expectativas, as incertezas e desafios do mundo que o biografado tinha diante de si¹⁷.

8 O que todos os críticos e detractores pós-monárquicos sempre subestimaram – e daí o simplismo injusto com que lançaram o século XIX para o caixote do lixo da história nacional, obscurecendo a sua riqueza e complexidade – é que não era da forma martiniana, «vencida da vida», republicana ou autoritária que os últimos Braganças se viram a si mesmos e olharam o seu mundo. O que depois foi considerado defeito congénito do sistema oitocentista, eles e a generalidade dos políticos que os serviram viam como feito e virtude do seu próprio mundo. Às seis gerações da Família Real portuguesa que ocuparam o trono desde D. João VI até D. Manuel II nunca ocorreu, porque não poderia ter ocorrido, que a sua monarquia fosse exótica, estrangeirada, corruptora ou artificial. Por isso, é serviço assinalável que estas biografias tenham furado a cortina da crítica e tentado, cada uma à sua maneira, perceber em que universo de valores e de expectativas se moviam os liberais de oitocentos.

9 Esse universo era de facto o do meio-termo – mas era nesse meio-termo que residia precisamente, para os liberais do Mindelo e da Regeneração, a virtude constitutiva e a razão de ser do seu mundo. Entre os dois extremos do absolutismo providencialista e do radicalismo proto-republicano – como essência mesma da moderação e do consenso – a cultura política do liberalismo clássico e da monarquia constitucional definia-se como um liberalismo anti-revolucionário, gradualista, aristocrático-burguês, cujos pais fundadores eram John Locke, Montesquieu ou Benjamin Constant, os teóricos do princípio monárquico de equidistância entre o Antigo Regime e a Revolução, que não achavam que tendo negado a soberania divina dos reis fosse necessário entregá-la por completo à soberania revolucionária das massas. No centro deste entendimento político, como sua lei fundamental, estava a Carta Constitucional – imaginada por D. João VI, dada por D. Pedro IV, aceite em princípio por D. Miguel (antes da ruptura que reinstaurou o absolutismo), nacionalizada na Guerra Civil em nome de D. Maria, e revista e actualizada pelos sucessivos Actos Adicionais da segunda metade do século XIX. E na cúpula do sistema, como seu árbitro, que reinava sem legislar, governar ou julgar, estava a figura do monarca, exercendo privativamente o poder moderador – aquilo a que os constitucionalistas de hoje chamariam «magistratura de influência». Os liberais oitocentistas acreditavam que este tipo de monarca era o inspirador e o espelho do melhor dos mundos, chefiando uma boa sociedade em que o governo estava nas mãos de um conjunto de cidadãos adultos, instruídos, economicamente independentes, que viam na vida política uma forma de serviço ao bem comum. O progresso, cultural, económico e material de que esta elite se dizia obreira consistia em ir alargando estas condições de cidadania a um número cada vez maior dos seus concidadãos, numa versão controlada de democratização, feita a partir de cima, em sucessivas reformas, sem concessão ao furor revolucionário das massas, por integração gradual dos excluídos nos quadros da participação cívica¹⁸.

10 É a isto que Rui Ramos tem chamado «a cultura do patriotismo cívico» como essência definidora da «tradição da monarquia constitucional»¹⁹ – um patriotismo cívico que podia aparecer como progressista, mesmo quando domesticava e controlava as pulsões mais radicais que pudessem aparecer. O segredo da monarquia constitucional, aquilo que guiou a acção de quase todos os monarcas portugueses oitocentistas, era justamente não querer nem procurar nada mais nem nada menos do que este laborioso equilíbrio – um estado de liberdades imune a qualquer ameaça desestabilizadora. Ao contribuírem para se refazer a história desta tradição política centrista e moderada, os biógrafos dos últimos Braganças mostram-nos a actualidade e a importância de reler os pensadores nacionais do primeiro liberalismo – por exemplo, toda a vasta defesa da bondade do cartismo elaborada em vários momentos por Alexandre Herculano²⁰ – ao invés de aceitar acriticamente a caricatura dos intelectuais dos finais do século XIX.

11 3. É pela crítica da crítica martiniana, e pela devolução dos últimos Braganças que reinaram em Portugal ao contexto que foi o deles – o da monarquia da Carta, católica e moderada mas progressista e europeia – que melhor se percebem as suas biografias e os ensinamentos que cada uma delas fornece ao leitor. Lidas em série, lado a lado, as oito vidas régias (de D. João VI a D. Manuel II) constituem uma nova história narrativa do oitocentismo português, da ascensão, apogeu e queda de uma cultura política cujo conhecimento é crucial para a definição e avaliação do que foi e é a modernidade portuguesa.

12 São, ao todo, 2640 páginas redigidas por um total de onze autores (três reis são estudados a quatro mãos), numa saudável diversidade de enfoques, empatias pelos biografados e estilos de escrita, rumando contra teses erróneas e todos, inconsciente ou conscientemente, procedendo à reabilitação histórica das suas personagens e ao estudo, mais ou menos alargado, do contexto nacional (e internacional) sobre o qual cada monarca agiu e reagiu. O arco temporal das oito vidas régias cobre mais de um século e meio, desde o nascimento do futuro D. João VI, em 1767, até à morte do proscrito D. Manuel II, em 1932; o do poder monárquico dos oito biografados cobre quase um século, desde 1816 (data em que o Príncipe Regente D. João subiu ao trono), a 1910, data da revolução republicana que depôs e condenou ao exílio D. Manuel II – embora também se possam aqui incluir os anos de 1799 a 1816, período durante o qual D. João exerceu formalmente a Regência, dada a insanidade da mãe, a rainha D. Maria I.

13 Há qualquer coisa de romanesco e de trágico na história da Família Real portuguesa ao longo das seis gerações analisadas. Dos oito monarcas, cinco eram filhos segundos – D. João VI, D. Pedro IV, D. Miguel, D. Luís e D. Manuel II – que em condições normais de sucessão asseguradas ou de continuidade política nunca teriam reinado, sendo que D. Pedro IV, não obstante ter sido o verdadeiro fundador do cartismo, foi juridicamente rei de Portugal apenas uma semana, entre 26 de Abril e 2 de Maio de 1826 (desde que foi jurado rei até que abdicou na filha). Dos outros três – D. Maria II, D. Pedro V e D. Carlos – a primeira e o segundo ascenderam ao trono novíssimos (a mãe com 15 anos, o filho com 18), e morreram na flor da idade. Exceptuando D. Miguel, que viveu a vida mais longa de todas, e morreu em paz, no exílio, com 64 anos, todas as outras mortes dos Braganças tiveram o sabor hamletiano da tragédia ou do crime: D. João VI pode ter morrido envenenado aos 59 anos, depois de 10 anos de reinado; D. Pedro IV gastou a saúde a vencer a Guerra Civil e morreu tuberculoso aos 36 anos; D. Maria II morreu aos 34, ao dar à luz o 11.º filho em 19 anos de reinado; D. Pedro V morreu com um «miasma paludoso» aos 24 anos, após curtos 6 anos de reinado; D. Luís morreu com 51 anos, reinando há 28 e agonizando de uma doença nunca claramente identificada que lhe apodreceu e decompôs o corpo; D. Carlos foi assassinado no Terreiro do Paço em 1908, com 44 anos, ao cabo de 19 de reinado; finalmente, D. Manuel II foi rei apenas 2 anos e 8 meses, tendo morrido em Inglaterra, aos 42 anos, asfixiado com um edema na glote. Nenhum deles conseguiu viver, reinar e morrer em paz, o que só por si diz algo sobre o que foi o processo de construção da modernidade portuguesa – e os seus problemas e limites, de que o século XX depois padeceria.

14 4. Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa entrelaçam muito bem a vida pessoal e familiar de D. João VI, Príncipe, Regente e depois rei (deixando até apontamentos sobre a sua psicologia sentimental «depressiva»²¹), com um desenvolvido e actualizado quadro do que era o contexto nacional e internacional da época – o turbilhão revolucionário que serviu de génese à modernidade europeia e que entrou em Portugal, na forma de um irresolúvel dilema diplomático entre a paz e a guerra, pelos ventos da Revolução Francesa e pelos exércitos napoleónicos que varreram a Península Ibérica. Rumando contra as imagens caricaturais que se acumularam sobre o monarca, os autores procedem a uma avaliação do muito que se escreveu já sobre o seu biografado, assinalando a maneira como, longamente denegrado em Portugal – como «pusilânime e irresoluto», quando não «néscio e alheado dos negócios de Estado»²² – D. João começou a ser melhor olhado pela historiografia brasileira e, por razões

- 15 D. João VI teve um reinado único no contexto português e mesmo no contexto das monarquias absolutistas europeias: «Poucos reis absolutos – ao menos em tese – terão tido de suportar tantas contrariedades, de decidir tantas vezes contra vontade, poucos terão visto também o pequeno mundo que habitavam tão profundamente abalado»²⁴. O mérito do volume de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa é o de fornecer ao leitor uma imagem dinâmica dessas contrariedades, sobressaltos e acidentes (o principal dos quais o da retirada para o Brasil, em 1807, a propósito do qual os autores matizam, e bem, o tradicional conceito de «fuga»), sempre bem contextualizados com a intensa intriga política e diplomática do tempo, e também um detalhado retrato do que foi a parte americana do reinado e o decisivo impulso dado à criação do futuro Brasil independente (de 1808 a 1821). A este último não falta mesmo a sedução do contrafactual, se se lembrar que D. João VI poderia ter criado para si e para Portugal um novo e enorme império na América latina, através da expansão do Brasil a expensas das colónias espanholas – um cenário que teria alterado para sempre a geoestratégia atlântica e mundial²⁵. A génese da cultura política do oitocentismo português é também abordada por Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa nos últimos capítulos do livro, quando o velho monarca «abrasileirado» e absolutista, regressando a Lisboa para salvar a Coroa, deixou cair o radicalismo vintista e, inspirado pelo whiguismo de Palmela, chegou a prometer uma Carta Constitucional como expressão de «uma teoria da moderação joanina»²⁶.
- 16 Não obstante as diferenças temperamentais e políticas entre D. João VI e o seu herdeiro, D. Pedro IV, é a origem e a génese do cartismo que estabelecem uma leitura de continuidade entre as últimas acções do primeiro e grande parte da vida do segundo, contada, nesta colecção, por Eugénio dos Santos. O biógrafo de D. Pedro IV é, de entre os diversos autores, um dos que mais insistiu no registo literário, romanesco, quase ficcional, de coloração de espaços e ambientes, com largo relevo dado à psicobiografia daquele a quem a memória luso-brasileira recorda como uma espécie de Washington de dois continentes, e que a historiografia ambigualmente registou como traidor e redentor para os portugueses e herói e autocrata para os brasileiros. Eugénio dos Santos reivindica ter querido «invadir a privacidade de D. Pedro, adivinhando-lhe ideias, sentimentos, intuições e observando-lhe práticas, comportamentos e atitudes. Deixou-se de lado o político, o administrador, o militar, ou, se ele foi invocado e seguido, é porque pareceu que se cruzavam esses dados com a sua sensibilidade, o seu perfil humano. Pretendeu-se desvendar o homem, às vezes de modo um tanto cruel, fornecendo ao leitor intimidades e gritos de alma que, quiçá, somente os íntimos deveriam conhecer.»²⁷ Assim sendo, e apesar de os principais passos políticos de D. Pedro IV estarem identificados na obra (o seu protagonismo na independência do Brasil, a solução sucessória que engendrou para Portugal – outorga da Carta Constitucional e abdicação na filha, a futura D. Maria II – o regresso à Europa e a condução da Guerra Civil contra D. Miguel²⁸), não faltando o relevo dado ao facto de ele ter tido ao seu alcance quatro coroas (Grécia e Espanha, que ele rejeitou, Brasil e Portugal, que ele acabaria por legar a cada um dos filhos, consubstanciando duas pátrias novas), o volume é muito, e sobretudo, o indivíduo Pedro de Bragança e Bourbon: a família, a educação, a adolescência, o desabrochar da personalidade, os amores e os casamentos e, em largos trechos, o sexo e as amantes – em «O imperador (a) nu» e «Intimidades quase obscenas»²⁹.
- 17 Do irmão, D. Miguel, ocuparam-se Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, a primeira estudando as origens do filho segundo de D. João VI e a forma como o seu projecto contra-revolucionário tomou conta do país até à derrota militar do miguelismo em 1834, a segunda percorrendo o longo exílio pós-1834, que era «tão pouco e tão irregularmente conhecido até agora»³⁰. As imagens historiográficas – o contraste entre o monarca amado e odiado, entre o portuguêsíssimo devoto e o tirano usurpador – são também o ponto de partida das autoras, a fim de matizar duas teses: a de que D. Miguel não teria passado de um «joguete» nas mãos da mãe, a rainha Carlota Joaquina, e a de que não fora mais do que um príncipe «inculto, bronco e cruel»³¹. O objectivo foi conseguido na primeira parte da obra, sobretudo quando Maria Alexandre Lousada fundamenta a ideologia da contra-revolução como muito mais do que um simples caceteirismo anti-liberal, e na segunda parte, quando Fátima Melo Ferreira humaniza o «Príncipe exilado», mostrando-o como homem de família e de cultura, tolerante e até simpático³² – traços que contribuíram para o seu nunca extinto «potencial mobilizador» de «contornos quase messiânicos»³³. A *contrario sensu*, a biografia de D. Miguel é também parte da história da cultura liberal que então lutava para se implantar em Portugal, porque a resistência que lhe moveu fortaleceu-a, mesmo que o nacionalismo miguelista tenha contribuído para a marcar com o ferrete de estrangeirada. E se é verdade que D. Miguel perdeu, e por isso foi amaldiçoado, e que D. Pedro IV ganhou, e por isso foi heroicizado, nem assim o primeiro merece ser rotulado como a «ovelha-negra» dos monarcas oitocentistas.
- 18 Maria de Fátima Bonifácio, a autora da biografia de D. Maria II, explicitou os pressupostos epistemológicos que presidiram à sua investigação e escrita muito na linha do actual entendimento da natureza da biografia histórica. À «documentação escrutinada» e ao «criterioso respeito pelos factos comprováveis» a autora somou a «intuição do historiador»³⁴ para compor o seu retrato sinóptico da única mulher que até aos dias de hoje ocupou a chefia do Estado na contemporaneidade portuguesa, e cujo reinado foi crucial na aclimação da cultura política liberal em Portugal. A biografia de D. Maria segue muito de perto a história do seu reinado, salientando-se particularmente a revisão que a autora faz da leitura triunfalista da vitória que sentou D. Maria no trono: a «causa» da Carta esteve muito longe de ser sólida entre 1826 e 1834, e esteve mesmo moribunda, porque D. Pedro só tardiamente por ela se interessou³⁵. Intervalando as peripécias político-partidárias, a autora apresenta também capítulos que informam com factos e sentimentos aquilo que a rainha Vitória e D. Fernando de Saxe-Coburgo (o segundo marido da monarca portuguesa) pensavam de D. Maria, a saber, que era «esposa devotadíssima e amantíssima» (Fátima Bonifácio declara não ter encontrado qualquer prova de alegadas «relações imorais e impróprias» entre a rainha e o seu político predilecto, Costa Cabral³⁶), «mãe exemplar» e «verdadeira amiga afectuosa»³⁷. O balanço final da sua personalidade é aliás curioso e contrastante: activa e voluntariosa na política, por génio mas também por necessidade de auto-defesa numa época de intensa luta entre facções, era no fundo boa mãe, boa mulher e boa educadora – ou seja, diferente da imagem de «déspota» que a esquerda setembrista e patuleia legaria à crítica anti-bragantina.
- 19 A propósito de D. Pedro V, Maria Filomena Mónica é quem mais problematiza o que alguns teóricos chamam o «paradoxo do biógrafo», ou seja, a relação psicológica, de proximidade e distância, envolvimento empático e distanciamento crítico, que deve guiar o olhar do biógrafo sobre o seu biografado³⁸. Por isso a autora foi capaz de, simultaneamente, se «comover» e se «irritar»³⁹, no primeiro caso porque D. Pedro V foi «lindo, funesto e solitário», um «cometa que iluminou a dinastia dos Braganças»⁴⁰, inteligente, culto e enérgico, no segundo caso porque o mesmo D. Pedro V era, mais do que um Bragança, um Saxe-Coburgo «puritano, sério, pedante»⁴¹, depressivo, fatalista, trágico, muito dado a desprezar todos os políticos que o serviam. Largos trechos da sua biografia são assim dedicados a perceber o carácter tantas vezes contraditório da sua personalidade, passando-se em revista a vasta literatura hagiográfica que o jovem monarca suscitou e o quanto a tutela espiritual sobre ele exercida por Vitória e sobretudo pelo Príncipe Alberto de Inglaterra lhe moldou o feitio... e algumas opções políticas⁴².
- 20 Do ponto de vista do curso histórico da cultura monárquica constitucional, o reinado de D. Pedro V assinala um ponto de viragem: é o primeiro rei da paz e não da guerra, ou seja, o primeiro a viver a nova época de acalmia política e de lançamento do progresso material que caracterizou a segunda metade do século XIX – pelo menos até à crise do Ultimato. E se D. Maria II fora já a primeira a imprimir um cunho pessoal, um estilo, ao exercício da realeza no quadro da Carta, o filho foi o segundo a fazê-lo, com um *modus operandi* que, por sua vez, contrastaria com o perfil de monarca que o irmão e sucessor, D. Luís, exhibiria. Mesmo se constitucional, explica Maria Filomena Mónica, D. Pedro V quis sempre maximizar os seus poderes ou pelo menos a sua capacidade pública de intervenção: «queria-se liberal», mas sentia que o país «exigia medidas enérgicas [...] tudo, para ele,

eleitorado activo e consciente, sem, portanto, «mecanismos políticos que assegurassem a alternância», «era o monarca quem, de facto, escolhia os governos»⁴⁴. A conduta de D. Pedro V (e em geral a de todos os monarcas liberais), revela assim o enorme personalismo a que chegou a política portuguesa, conferindo ao chefe de Estado, para o bem e para o mal, sob a capa do árbitro neutral, o papel oculto do primeiro de todos os políticos. Se a monarquia era a Carta, a Carta era o rei e portanto os reis oitocentistas eram grande parte do regime e do país que tinham diante deles, moldando-os com as suas decisões políticas⁴⁵ – no que é mais um alerta para a importância do conjunto destas biografias como abertura privilegiada sobre um século inteiro de história portuguesa.

21 É difícil escrever sobre D. Luís sem fazer abstracção do contexto geral do seu longo reinado – o mais longo de todos (28 anos) – marcado pelo apogeu do modelo monárquico constitucional, consolidado em torno do «apaziguamento ideológico» e do «progresso material» que deu o tom à Regeneração⁴⁶. Por isso os seus biógrafos, Luís Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes, narram uma época bonançosa, embora não completamente pacífica. O facto de se ter tratado de um período de «consagração do regime liberal»⁴⁷ permitiu aos autores não subordinar completamente a vida de D. Luís às peripécias do seu reinado, fazendo assim sobressair a vida privada do rei. Toda a primeira parte do volume, a cargo de Luís Espinha da Silveira, retrata D. Luís na intimidade da família, do casamento, do quotidiano, da economia doméstica, dos valores e comportamentos: o «perfeito monarca constitucional», indivíduo «bondoso», «tranquilo», «tolerante», «pai» e «artista»⁴⁸ era, na realidade, o símbolo máximo do charme discreto da alta burguesia portuguesa do tempo. Na segunda parte da obra, Paulo Jorge Fernandes concentra-se no que foi o exercício da realeza no reinado de D. Luís, alinhando vários factos e episódios ilustrativos de como funcionava todo o edifício constitucional, desde o Paço e dos partidos às eleições, destacando o papel do rei como moderador à distância (fiel à máxima «o rei reina, mas não governa») sempre que o conseguiu ser – quando se tornou menos visível por detrás do fontismo e do rotativismo – e como árbitro activo e interventivo quando teve de o ser – particularmente na conjuntura agitada e faccionalizada de 1868-71.

22 A predisposição de Rui Ramos perante D. Carlos contrastou vivamente com a de Eugénio dos Santos em relação a D. Pedro IV. Querendo «recuperar o modo como D. Carlos pensou ser rei e o foi de facto», recusou qualquer «aproximação intimista ao indivíduo», preferindo centrar-se nas «suas decisões em contexto» e não tanto na «corrente da sua consciência»⁴⁹. D. Carlos é um caso especial, pela conjuntura de transição em que reinou, entre os últimos faustos do oitocentismo e os primeiros tempos agitados e massificados da crise da viragem do século, e pela forma como a sua morte, cortando cerce um curso que estava longe de esgotado, condicionou irremediavelmente as leituras que se fazem da sua vida. É mesmo por este alerta que Rui Ramos começa, quer matizando a tese segundo a qual não é possível falar de D. Carlos sem ser sob o rótulo tenebroso de «reinado trágico», quer desconstruindo a «lenda negra» e a «hagiografia» sobre o penúltimo Bragança – que são afinal «duas faces da mesma moeda»⁵⁰.

23 Na realidade, como explica o autor, nenhum monarca como D. Carlos (à excepção talvez de D. João VI), foi tão equivocadamente avaliado e tão sujeito a espúreas apropriações, por forma a «explicar ou justificar regimes e situações históricas que ele não conheceu» – como a I República, a Ditadura Militar e o Estado Novo⁵¹. Republicanos e nacionalistas/salazaristas invocaram D. Carlos à vez, os primeiros para denunciarem o quanto ele teria contribuído para a «sabotagem das instituições representativas» (sobretudo através do engrandecimento do poder real e da «ditadura» de João Franco), e destruído a constituição e o parlamento pela sua alegada inclinação cesarista e autoritária⁵², os segundos para, constatando precisamente a sua ruptura com as convenções constitucionais, descobrirem nele o primeiro crítico visionário da cultura liberal estrangeirada e o iniciador de uma linha depois continuada por Pimenta de Castro, Sidónio Pais e Salazar. Para a esquerda, o cesarismo régio fora a causa do Regicídio e a justificação do 5 de Outubro; para a direita, esse mesmo cesarismo régio fora uma originalidade incompreendida, que conferia raiz histórica ao anti-liberalismo pós-1926. Em suma, para Rui Ramos, lenda negra e hagiografia convergiram sempre: o que para uns era motivo de «culpa e opróbrio», para os outros era motivo de «glória e previsão»⁵³.

24 Corrigindo uma e outra, a biografia de D. Carlos tem dois méritos globais. O primeiro é o de inserir cuidadosamente o rei no horizonte dos valores, desafios e sobressaltos que teve diante de si, explicando em que consistiu afinal a dinâmica e os limites do estilo indiscutivelmente intervencionista do rei. O segundo é o de demonstrar ao leitor o quanto D. Carlos, desde o Ultimato até ao franquismo, nunca se colocou fora do que era o entendimento geral do liberalismo oitocentista: ser «um príncipe perfeito» e «um grande rei constitucional», arbitrando «amigos» e «partidos» e «aproximando a dinastia do povo», nunca desistindo de fazer «a revolução de cima», com a «firmeza» e a «habilidade» que davam à monarquia do tempo um aspecto «presidencial» moderno, mesmo quando, por anomia cívica ou modéstia financeira, Portugal parecia ser «uma monarquia sem monárquicos»⁵⁴.

25 Na série dos monarcas constitucionais portugueses, o último, D. Manuel II, é também o último em termos de conhecimento histórico, apesar de ser cronologicamente o mais próximo de nós, o único cujo reinado decorreu já inteiramente no século XX e o único que, já no exílio, após a I Guerra Mundial, terá conseguido ainda entrever a enorme transformação que o pós-Guerra operou: o fim da civilização e da cultura liberal europeias e o início da barbárie ditatorial fascista ou comunista. Tendo tido o mais breve reinado de todos os oito (D. Pedro IV foi menos tempo rei, mas a sua acção política em nome da filha durou oito anos), o que se pode dizer – interroga-se a sua biógrafa, Maria Cândida Proença – de quem «chegou a rei pela tragédia, para reinar num curto e atribulado período e viver um longo exílio de saudade»? Como se poderá avaliar a forma como o jovem monarca tentou segurar o leme de um sistema moribundo, buscando «soluções de compromisso nas sucessivas crises», dando substância histórica ao que a historiografia de esquerda retratou sempre como a antecâmara irrelevante do 5 de Outubro? E como fazer isto numa «narrativa» que não se compagine nem com «a imaginação exaltada» nem com «o mero texto laudatório»?

26 À semelhança do volume sobre o seu tio-trisavô D. Miguel, o volume de D. Manuel cuida na I parte do Príncipe e do reinado em Portugal (a frustrada «acalmação»), e na II parte do exilado – mais de metade da sua vida, vivida em Inglaterra, período ainda menos conhecido do que o primeiro, que Maria Cândida Proença retrata, por entre o casamento real de 1913, as frustradas conspirações monárquicas, o apoio à causa dos aliados na I Guerra Mundial, as desavenças com o Integralismo e o quotidiano de bibliófilo que D. Manuel levou em Fulwell Park. O retrato final dado pela autora é o da «imagem romântica do trágico desterrado», a pacata existência, depois dos anos de maior exposição, de «um rapaz encantador e muito inteligente», como dele um dia disse Winston Churchill.

27 Por coincidência do destino, D. Manuel II morreria a 2 de Julho de 1932, escassos três dias antes de Salazar ser «entronizado» na Presidência do Conselho de Ministros, para um longo «reinado» de 36 anos: no momento em que se extinguia fisicamente o último representante do ramo liberal-constitucional da monarquia portuguesa (o português a quem as alianças matrimoniais régias oitocentistas fazia viver com sangue Bragança, Bourbon, Habsburgo, Saxe-Coburgo, Sabóia e Orléans), iniciava-se uma outra «monarquia», numa involução em que a similitude de Salazar com um «valido» de Antigo Regime como que fazia Portugal regressar lá atrás, ao tempo do Antigo Regime, de onde D. João VI saíra, pressionado por Napoleão, pelo colapso da velha ordem e pelos liberais de 1820.

28 5. Foi, decerto, objectivo convergente dos onze historiadores que escreveram as biografias dos oito últimos monarcas da Casa de Bragança que os mais diversos tipos de leitores – desde o especialista académico ao simples curioso – se pudessem interessar por essas oito vidas e, a partir daí, compreender melhor os seus reinados e o seu século. Esse objectivo foi larga e satisfatoriamente atingido no seu conjunto, mesmo quando, ao cabo do trabalho detectivesco e da recriação narrativa literária

incontornável importância da imprensa periódica para a observação de um século dominado pelo liberalismo e pelo fenómeno da opinião pública, constituem, somadas, um completíssimo guião de leituras para o longo século XIX português.

29 Pela envergadura do projecto inteiro, pela equilibrada síntese que cada volume traz entre pontos de situação de conhecimentos dispersos e investigação original, pela qualidade dos autores, cujos estilos de escrita maximizaram em maior ou menor grau as potencialidades explicativas do género biográfico, pela capacidade conjunta de fornecerem luz sobre uma vida e um percurso singular, mas também sobre um tempo, um espaço e um contexto geral, os oito volumes aqui analisados são assim uma detalhada prova da singela máxima de Richard Holmes – um dos grandes autores de referência para a comunidade dos historiadores-biógrafos – segundo a qual a biografia constitui nada menos do que «*the proper study of mankind*».

Notes

1 Sobre a biografia histórica, os seus desafios e problemas, o seu registo literário e a sua utilidade como instrumento de compreensão de um determinado tempo e espaço, v. Jean Orieux, «A Arte do Biógrafo» in *História e Nova História* (ed. Georges Duby), Lisboa, Teorema, 1986, pp. 33-42, Paul Murray Kendall, «Biographical literature» in «Literature, Art of», *The New Encyclopaedia Britannica*, 15.^a ed., 1993, Vol. 23, pp. 186-194, Régine Pernoud e Jean Tulard, *Jeanne d'Arc. Napoléon. Le paradoxe du biographe*, s.l., Éditions du Rocher, 1997, Peter France e William St. Clair (eds.), *Mapping Lives. The Uses of Biography*, Oxford/Nova York, Oxford University Press/The British Academy, 2002, ou Alun Munslow, «Biography and Life Writing» in *The Routledge Companion to Historical Studies*, 2.^a ed., Londres/Nova York, Routledge, 2006, pp. 45-48.

2 V. Richard Holmes, «The Proper Study?» in *Mapping Lives. The Uses of Biography*, pp. 16-17.

3 V. Paul Murray Kendall, «Biographical literature», pp. 187-189.

4 Rui Ramos, *D. Carlos*, 1863-1908, p. 10.

5 Maria Filomena Mónica, *D. Pedro V*, p. 8.

6 Sobre a maneira como os juízos críticos da Geração de 70 condicionaram a visão sobre determinadas figuras do século XIX, v. Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, Porto, Afrontamento, 1999, pp. 167-170, e José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2005, pp. 593-599.

7 Vasco Pulido Valente, «O livro único. *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins» in *Às Avestas*, Lisboa, Livraria Assírio e Alvim, 1990, p. 70. Para síntese da crítica martiniana à Monarquia Constitucional, v. Ana Maria Pina, *A Quimera do Ouro. Os Intelectuais Portugueses e o Liberalismo*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 37-44.

8 Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 10.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores (1.^a ed: 1881), Vol. I, pp. 25, 80 e 366-376, e «Os 50 Anos da Monarquia Constitucional» [1870] in *Política e História*, Lisboa, Guimarães Editores, 1957, Vol. I, pp. 91 e 95-96.

9 Idem, *Portugal Contemporâneo*, Vol. I, pp. 18 e 26.

10 Idem, «Os 50 Anos da Monarquia Constitucional», p. 91.

11 Idem, *ibidem*, pp. 102, e *Portugal Contemporâneo*, Vol. II, pp. 233 e 322.

12 V. Augusto Fuschini, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, Companhia Tipográfica, 1899, Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, 2.^a ed., Porto, Empresa Literária e Tipográfica, 1908, e José de Arriaga, *Oitenta Anos de Constitucionalismo Outorgado (1826-1905)*, Lisboa, Tipografia de M. A. Branco, 1905.

13 V. a adjectivação que se segue, de D. João VI a D. Carlos, em Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, Vol. I, pp. 33, 36-37, 53, 62, 70, 205, 228, 315 e 341, Vol. II, pp. 280-281, 309 e 320, e José de Arriaga, *Oitenta Anos de Constitucionalismo Outorgado*, pp. 8-10, 12, 15, 16, 18, 20, 24-25 e 37.

14 Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, p. 9.

15 Vasco Pulido Valente, *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*, Lisboa, Quetzal, 1993, p. 13.

16 D. João VI, *O Clemente*, pp. 21-22. Nesta mesma linha revisionista, Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira lembram que à Família Real portuguesa estão «coladas imagens estereotipadas muito fortes, veiculadas nas histórias de Portugal, das mais eruditas às de divulgação, e que nem certos estudos conseguiram fazer desaparecer» – e exemplificam, para D. João VI, D. Pedro IV, D. Miguel e D. Maria II: «Um rei mole, indeciso, empurrado e traído por todos, a começar pela mulher e pelos filhos, uma rainha feia, má, infiel e conspiradora e dois filhos que foram reis. Completa o quadro real uma neta que jovem e inocente viu os seus direitos serem usurpados pelo irmão do pai» (*D. Miguel*, p. 10).

17 Rui Ramos, o biógrafo de D. Carlos, foi um dos que mais conscientemente assumiu esta preocupação, ao reivindicar a ancoragem do indivíduo Carlos de Bragança Saxe-Coburgo naquilo a que chama «a tradição da monarquia constitucional», porque «é impossível compreender D. Carlos sem compreender o papel do rei na monarquia constitucional, e é impossível compreender a monarquia constitucional sem atender à cultura política que a formou»; assim sendo, concretiza o autor, qualquer interpretação sobre D. Carlos (e o mesmo se aplicaria aos outros monarcas do seu século), tem de assentar «numa reflexão sobre a cultura política do liberalismo português e mais especialmente sobre o lugar e o papel do rei nessa cultura» (*D. Carlos*, pp. 10 e 24-25).

18 V. Maria de Fátima Bonifácio, *O Século XIX Português*, Lisboa, ICS, 2002, pp. 15-17, e Rui Ramos, «O fim da história» in *Outra Opinião. Ensaios de História*, Lisboa, O Independente, 2004, pp. 15-17.

19 Rui Ramos, *D. Carlos*, p. 25. V. mais extensamente, deste autor, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, ICS, 2001, pp. 13 e 21-26, e «Para uma história política da cidadania em Portugal» in *Análise Social*, n.º 172, Lisboa, 2004, pp. 547-569.

20 V., por exemplo, de Alexandre Herculano, «A Voz do Profeta – Introdução, 1867», «O juramento da Constituição de 1838», «O Partido Cartista» e «Dos Extremos» in *Opúsculos*, Tomo I (Questões Públicas – Política), Lisboa, Bertrand, 1983, pp. 33-47, 117-127 e 164-169.

21 Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, p. 10.

22 Idem, *ibidem*, p. 9.

23 Idem, *ibidem*, p. 27.

24 Idem, *ibidem*, p. 7.

25 Idem, *ibidem*, pp. 185-208.

26 Idem, *ibidem*, pp. 304 e 307-314.

27 Eugénio dos Santos, *D. Pedro IV. Liberdade, Paixões, Honra*, Lisboa, Círculo de Leitores / CEPCEP-UCP, 2006, p. 242.

28 Idem, *ibidem*, pp. 107-127, 159 e 220-236.

29 Idem, *ibidem*, pp. 166-193 e 204-212.

30 Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, p. 10.

31 Idem, *ibidem*, p. 10.

32 Idem, *ibidem*, pp. 127-157 e 286-299.

33 Idem, *ibidem*, p. 11.

34 Maria de Fátima Bonifácio, *D. Maria II*, p. 7.

35 Idem, *ibidem*, pp. 11-33.

36 Idem, *ibidem*, pp. 8 e 201-202.

37 Idem, *ibidem*, p. 252.

38 V. Régine Pernoud e Jean Tulard, *Jeanne d'Arc. Napoléon. Le paradoxe du biographe*, pp. 7-9 (introdução).

39 Maria Filomena Mónica, *D. Pedro V*, p. 8.

43 Idem, *ibidem*, pp. 201-203.

44 Idem, *ibidem*, p. 208.

45 A centralidade do monarca na vida política do constitucionalismo liberal oitocentista era algo muito claramente visível. Era isso que D. Pedro V reflectia, ao escrever, numa carta ao Imperador do Brasil (seu tio), que «os povos meridionais olham mais para os homens do que para os princípios e, pouco respeitadores da autoridade, pedem-lhe contudo [ao monarca] a realização do seu bem estar», ou que Fontes Pereira de Melo queria dizer quando, um dia, dirigindo-se a Casal Ribeiro, que explicava a alguns colegas parlamentares o que era o direito constitucional, lhe afirmou: «não se canse; neste país, o direito público constitucional é o rei» (cit. por Maria Filomena Mónica, *D. Pedro V*, p. 205, e Luís Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes, *D. Luís*, p. 212).

46 Luís Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes, *D. Luís*, p. 8.

47 Idem, *ibidem*, p. 12.

48 Idem, *ibidem*, p. 11.

49 Rui Ramos, *D. Carlos*, pp. 9-10.

50 Idem, *ibidem*, pp. 12, 20 e ss.

51 Idem, *ibidem*, p. 20.

52 Idem, *ibidem*, p. 22.

53 Idem, *ibidem*, p. 23.

54 Idem, *ibidem*, pp. 27, 89, 93, 127, 134, 158, 161, 164, 226 e 302.

References

Bibliographical reference

José Miguel Sardica, "Pedreira, Jorge e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Santos, Eugénio dos, *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Lousada, Maria Alexandre e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Mónica, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Fernandes, Paulo Jorge e Luís Espinha da Silveira, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Ramos, Rui, *D. Carlos I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Proença, Maria Cândida, *Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores", *Ler História*, 56 | 2009, 270-283.

Electronic reference

José Miguel Sardica, "Pedreira, Jorge e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Santos, Eugénio dos, *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Lousada, Maria Alexandre e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Mónica, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Fernandes, Paulo Jorge e Luís Espinha da Silveira, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Ramos, Rui, *D. Carlos I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Proença, Maria Cândida, *Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores", *Ler História* [Online], 56 | 2009, Online since 15 October 2016, connection on 06 September 2024. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2098>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2098>

About the author

José Miguel Sardica

Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

Copyright



The text only may be used under licence CC BY-NC 4.0. All other elements (illustrations, imported files) are "All rights reserved", unless otherwise stated.